

Atos alertam população de consequências de reformas

É o que afirmam advogados especializados em Previdência e Trabalho: “Coisa inédita”

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

A onda de protestos contra as propostas das reformas da Previdência e trabalhista atingiu o objetivo de chamar a atenção da população para o que o movimento chama de retrocessos sociais, caso as medidas sejam aprovadas na íntegra.

Agora, as discussões sobre o tema devem ganhar corpo, e a pressão sobre os congressistas para não aprovarem mudanças drásticas voltadas à maioria da população tende a crescer. Assim dizem especialistas ouvidos por A Tribuna.

Conforme a professora universitária e advogada especialista em Direito Previdenciário Camila Marques Gilberto, a comissão especial que analisa a reforma da Previdência recebeu mais de 100 emendas para alterar ou retirar pontos específicos do texto original.

“Isso é uma coisa inédita. Nenhuma outra reforma desse gênero recebeu tantas propostas de modificações, o que é um ponto positivo e um reflexo da mobilização dos sindicatos, centrais e advogados”, afirma.

Ela, que leciona na Universidade Católica de Santos (Unisantos), entende que os parlamentares vão sentir forte a cobrança da sociedade, porque 2018 é um ano eleitoral e a maioria deles deverá tentar a reeleição ou disputar outro cargo público em seus estados.

“Desde o início do Governo Temer, não viamos uma mobilização tão grande. Acho que os sindicatos e a classe operária estão começando a entender os prejuízos que terão com as mudanças na Previdência”, cita.

Para Camila, pouco se fala



Camila: “Desde início do Governo Temer, não viamos tal mobilização”



Pavão: “Esse pacote atende única e exclusivamente o empresariado”

na alteração das regras da aposentadoria especial, o que prejudicará muitos trabalhadores da região. É a mobilização de ontem deveria fazer o Governo apontar os verdadeiros motivos do déficit previdenciário. “Não está havendo uma explicação clara sobre os recursos da Seguridade Social e a utilização desse dinheiro para bancar

outras despesas públicas”.

HORA DE UNIDADE

O presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de Santos e Região (AATS), Marcelo Pavão de Freitas, entende que a reforma trabalhista proposta pelo Governo visa a agradar só ao setor patronal.

“Esse pacote atende única

exclusivamente o empresariado. Não há um único ponto para a flexibilização dos encargos, que são criados para cobrir o rombo dos governos.

Toda a carga da responsabilidade pelo caos que a gente vive está sendo jogada nas costas do trabalhador”, declara.

Uma das principais alterações é que os acordos entre empresas e sindicatos prevaleçam sobre a lei. Na avaliação do jurista, isso será prejudicial, pois a maioria das entidades não tem força diante do setor patronal.

“Outra mudança absurda é possibilidade de a pessoa ter uma jornada de trabalho de até 12 horas. Na prática, querem instituir para todos o regime de 12 por 36 horas, que não permite à pessoa planejar a vida. Temos que ter, ainda, a ideia de uma empresa pagar uma multa de R\$ 6 mil para cada trabalhador não registrado e da redução do horário do intervalo para só meia hora”, ressalta.

Para Pavão, a “cereja do bolo” é a ideia de terceirização nas atividades-fim das empresas. Por exemplo, uma escola não teria professores diretamente contratados pela instituição. “As mudanças apresentadas não falam em nenhum momento sobre dividir lucros, garantir aumentos e assegurar qualidade de vida. Nem se fala em plano de carreira e melhorar a qualificação dos funcionários”.

O presidente da AATS enxerga que os brasileiros têm hoje uma chance única de fazer história. “É hora de demonstrar união e ir para as ruas. Caso contrário, seremos engolidos por esse pacote de maldades”.

Deputados da região fazem ressalvas

■ Embora pertençam à base de apoio do Governo Temer, os três deputados federais da Baixada Santista – Beto Mansur (PRB), João Paulo Papa (PSDB) e Marcelo Squassoni (PRB) – não concordam com todas as propostas para as reformas.

Na avaliação de Mansur, essas medidas são fundamentais para o futuro do País, mas entende que seja possível discutir melhor as regras de transição para as aposentadorias.

Squassoni e Papa demonstram ser contrários a ideias, como a fixação de idade mínima para aposentadoria e igualdade de idades entre ambos os sexos para a aposentadoria.

TRATAMENTO JUSTO

Squassoni revela estar mais sensível aos argumentos apre-



Mansur (à eq.) cita regras de transição;



Papa e Squassoni rejeitam 65 anos tanto para homem como mulher

sentados por representantes dos trabalhadores no que diz respeito à reforma da Previdência. Ele entende que não há condições de policiais atuarem até os 65 anos e se mostra contrário ao fato de mulheres terem que se aposentar apenas com essa idade, como homens.

“Não dá para tomar uma atitude só porque um determinado modelo funciona em um país estrangeiro. A realidade brasileira é totalmente diferente”, afirmou.

PENSANDO NO FUTURO

Para Mansur, as mudanças

apresentadas pelo Governo Temer são necessárias. E entende que os protestos de ontem partem de uma minoria em nichos que buscam manter vantagens em detrimento do resto da população. “O que me move a fazer as reformas são os números e o conjunto da sociedade”, destaca.

Mansur lembra que, no passado foi chamado de “vendilhão da pátria” ao defender a quebra do monopólio das telecomunicações. “Sofri pressão de sindicatos, mas não me arrependo de nada, como agora, porque sabia que isso seria bom para o Brasil”.

EM VIAGEM

A Tribuna tentou contato com João Paulo Papa, mas ele representa a Câmara em viagem oficial ao Japão.

No dia 6, o tucano esteve no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, em Santos, para conversar com representantes dos trabalhadores.

Ele é contrário à idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, à igualdade de idade entre ambos os sexos para a aposentadoria e à possibilidade de benefícios serem inferiores ao salário mínimo.